

# Resenha temática: Polêmicas da educação infantil

Maria Izete de Oliveira

Doutora em Psicologia da Educação pela PUC/SP. Professora da Faculdade de Educação da UNEMAT, Campus de Cáceres. Coordenadora da Revista FAED/UNEMAT.  
e-mail:proec@unemat.br

BRASIL. Ministério da Educação. *Números da educação no Brasil*. Brasília: INEP, 2001.

BRASIL, Lei nº 9394, de 20.12.96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BRITO, Ana Rosa Peixoto de. *LDB: da "consolidação" possível à lei "proclamada"*. Belém: Graphitte, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CEB n. 1 de 7 de abril de 1999. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na educação infantil. *CADERNOS DE PESQUISA*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 1, p. 85-112, jul. 2003.

O interesse em abordar esse tema origina-se da preocupação com a qualidade de ensino e os rumos que a está tomando a educação infantil. Os ensinamentos da psicologia educacional nos esclarecem que a personalidade de uma pessoa se forma, quase que por completo, até os sete anos de idade e suas características vão depender, em grande parte, do ambiente no qual a criança se insere, ou seja, a família, o contexto social e a escola.

Enfocando essa discussão no campo da educação escolar percebe-se que o professor é o profissional que atua mais diretamente com a criança em um período consideravelmente longo e que, por isso, exerce grande poder de influência sobre a

sua auto-estima e, conseqüentemente, sobre a sua personalidade. Essa influência é ainda maior quando se trata de crianças na faixa etária de zero a seis anos, as quais se encontram vulneráveis a qualquer influência de um adulto mais próximo.

Assim sendo, se o educador exerce influência sobre a personalidade de seus alunos, temos que considerar, também, que essa influência pode culminar em resultados positivos ou negativos dependendo da atuação dele. Se, de um lado, com uma postura democrática e libertadora, o educador pode contribuir significativamente para a formação de um cidadão consciente, crítico, independente e competente em suas ações, por outro, com uma postura autori-

tária e repressiva, que não desperta a auto-estima do educando, pode deixar seqüelas para o resto da vida de uma criança.

O mais interessante é que o educador nem sempre se dá conta do quão importante é o seu papel, a sua atuação para a vida dos alunos e, não tendo essa clareza, desempenha sua função, ano após ano, de forma alienada e acrítica. Um dos motivos dessa sua postura em relação à profissão, certamente, é a má qualidade dos cursos de formação de professor, ou seja, a falta de formação específica para a educação infantil compromete a qualidade dos cursos.

Para aprofundar essa reflexão, tomo como referência a LDB 9394/96, a Resolução CEB N° 1 de 7 de abril de 1999 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Documento do INEPE – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – que apresenta os números da educação no Brasil, e o artigo de Corrêa (2003) no qual a autora tece algumas considerações sobre a qualidade da educação infantil.

Um dos suportes para se discutir a formação do docente de educação infantil é, sem dúvida, a LDB 9.394/96. Em seu art. 62 esta Lei determina que a **formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil** e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental pode ser oferecida em **nível médio**, na modalidade Normal [grifo meu].

Entretanto, apesar dessa exigência de formação **mínima** em nível médio, o que ao meu ver ainda é insuficiente, dados do MEC (2001) apontam que no Brasil, 5,2%

das funções docentes da pré-escola possuem apenas o ensino fundamental. Isso significa que temos 12.828 “professores” (se é que podemos chamá-los assim), sem a qualificação **mínima** exigida pela LDB atuando na educação infantil.

A defasagem na formação dos professores que atuam nessa área acarreta uma grande falta de conhecimento sobre os objetivos e finalidade desse nível de ensino. A agravante é que, a maioria desses profissionais desconhece que a LDB 9.394/9, em seu art. 29, define como finalidade da educação infantil “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Desconhece, também, que essa Lei, em seu art. 31, reza que a avaliação nesse nível de ensino “far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, **sem objetivo de promoção**, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Vê-se, então, que aquela antiga crença de que o papel da pré-escola é “preparar” a criança para ingressar nas séries iniciais deveria estar ultrapassada, no entanto prevalece até hoje no bojo das instituições de educação infantil.

É também papel desses educadores a preocupação com o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e, sobretudo, da auto-estima da criança. Há, portanto, a necessidade de uma perfeita integração entre o cuidar e educar “... o ‘cuidado’ diz respeito também à maneira de os adultos se relacionarem com as crianças na escola, sendo necessário, pois, tomar a própria cri-

ança como centro para a organização do processo educativo” [Corrêa, 2003, p. 109].

Ora, para que essas orientações sejam efetivadas é necessário, não só, garantir que o professor tenha uma **formação específica** nesse nível de ensino para exercer o magistério na educação infantil como, também, assegurar uma formação **de qualidade**. Mas, pelo contrário, Corrêa (2003, p. 109) destaca que

... há pouquíssimo investimento na formação em serviço e no âmbito da própria unidade escolar [...]. Pouco se tem feito, além da denúncia sobre a 'falta de qualificação' ou de 'competência técnica' para que as próprias professoras reflitam acerca de suas práticas, problematizando-as e buscando meios coletivos para que seu trabalho possa sofrer as transformações necessárias e desejáveis.]

Quanto ao que a autora menciona sobre a falta de qualificação para a função docente na educação infantil, acrescento que o fato de alguns educadores possuírem formação em nível superior não significa que possuam qualificação para atuar com crianças de até seis anos de idade. Dois fatores explicam essa afirmação: 1) o documento do MEC quando pontua que (apenas) 2.5% dos docentes possuem nível superior, não esclarece em que área é essa formação, 2) em relação àqueles que cursaram pedagogia, não podemos afirmar que possuem formação específica para atuar na pré-escola, já que, devemos entender como formação específica àquela oferecida em nível médio, superior ou especialização mas que seu conteúdo programático esteja voltado para a atuação com essa faixa etária. Sabemos que os cursos de for-

mação de professores, até pouco tempo, não tinham como meta, em sua matriz curricular, formar professores para o magistério na educação infantil.

Nesse sentido, o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação pontua que “...há ainda o descaso e o despreparo dos Cursos de Formação de Professores em nível médio [...], bem como os de Pedagogia em nível superior, na definição da qualificação específica de profissionais para o trabalho com as crianças de 0 a 6 anos” [1998, p. 5]. Ainda, segundo o Parecer “Os Cursos de formação de docentes para a educação infantil [...] devem adaptar-se com a maior urgência às exigências de qualificação dos educadores para as crianças de 0 a 6 anos...” [p. 9]

Uma educação infantil de qualidade exige profissionais especialmente qualificados, rompendo-se com a idéia de que para atuar na educação infantil basta gostar de criança, ser paciente, e ter bom senso. É preciso ressaltar a importância do papel do profissional consciente das finalidades da educação infantil, um profissional que reflita sobre como garantir a qualidade desse nível de ensino. A discussão, por exemplo, sobre alfabetizar ou não na pré-escola tem causado muitas polêmicas, justamente porque os professores, geralmente, não conhecem o verdadeiro sentido da alfabetização e a entendem como um momento estanque e mecânico na vida da criança.

É necessário que os profissionais concebam a educação infantil não como a pre-

paração para a primeira série, numa visão da criança como um adulto em miniatura, mas como a preparação da pessoa humana, numa visão da criança como sujeito social, na perspectiva de uma formação integral. Pergunta-se, então, em que medida as pré-escolas se constituem “espaço de vivência infantil”, mais precisamente, em que medida a organização do trabalho pedagógico respeita as especificidades das crianças?

Esse desconhecimento sobre a verdadeira função da educação infantil ocorre pelo fato de que o atendimento às crianças nessa faixa etária estava, até pouco tempo, subordinado a órgãos de assistência social, acarretando-lhes uma conotação de caráter mais voltado para cuidados e nutrição, sem grandes preocupações educativas. Somente em 1993, o Ministério da Educação e do Desporto, elabora um documento sobre Política Nacional de Educação Infantil, que traça as diretrizes gerais, os objetivos e as ações prioritárias dessa política. A partir daí, a educação infantil passa a fazer parte do Sistema Educacional considerada como a primeira etapa da Educação Básica, destinando-se ao atendimento da criança de zero a seis anos de idade. Só então as creches e pré-escolas passam a ter um caráter educativo.

Essa vicissitude ocorrida no processo histórico da educação da criança de zero a seis anos de idade, indubitavelmente, interfere, ainda hoje, na qualidade do atendimento prestado pelas instituições de educação infantil a essas crianças. Concordo com Corrêa (2003) quando afirma que é preciso superar “um antigo e arraigado en-

tendimento de que para trabalhar com educação infantil basta ser paciente, ‘criativo’ e gostar de crianças”. A autora ressalta, ainda, que uma escola de qualidade precisa contar com profissionais especialmente preparados para lidar com as questões relativas a aprendizagem e ao desenvolvimento infantil. (p. 102). Nesse sentido, é interessante reportar-nos ao que o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional ressalta, muito sabiamente, sobre o desenvolvimento infantil:

Crianças pequenas são seres humanos portadores de todas as melhores potencialidades da espécie:

\* inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertas, entendimentos, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem estar e felicidade;

\* tagarelas desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica;

\* inquietas, pois tudo deve ser descoberto e compreendido, num mundo que é sempre novo a cada amanhã;

\* encantadas, fascinadas, solidárias cooperativas desde que o contexto ao seu redor, e principalmente, nós adultos/educadores, saibamos responder, provocar e apoiar o encantamento, a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação. [p. 6]

Logo, é importante que o professor reconheça essas características em seus alunos e procure trabalhar de forma a respeitar e considerar suas individualidades, percebendo que a criança é um ser em desenvolvimento, cheia de potencialidades e identidade própria e que, por conseguinte, ao planejar suas aulas, não queira cobrar atitudes para as quais seus alunos ainda não

estão preparados como, por exemplo, permanecerem sentados por longos períodos, permanecerem em silêncio absoluto em sala, etc.

Ainda há muito que se discutir sobre o contexto no qual se encontra a educa-

ção infantil, contudo, meu objetivo nesse momento foi apresentar alguns aspectos que influenciaram e continuam influenciando a qualidade do atendimento prestado a essas crianças e que, como profissional da área, inquietam-me.